

CORREGEDORIA-GERAL DE POLÍCIA CIVIL
PRIMEIRA PUBLICAÇÃO
MANDADO DE CITAÇÃO

O Dr. Augusto Luis Frade Drumond, Delegado de Polícia, Masp 1.330.474-6, Delegado Adido à CGPC, em exercício na Corregedoria-Geral de Polícia Civil, MANDA, no uso de suas atribuições e na forma da lei, em cumprimento ao dispositivo do artigo 180, § 2º, da Lei 5406/69, assim como pelos motivos expostos nos autos, CITA pelo presente Edital, o servidor ANDERSON ELTON LANZ, INVESTIGADOR DE POLÍCIA, MASP.: 1.256.502-4, para que tome ciência da instauração no Núcleo Correcional do 12º DEPPC-Ipatinga, da Sindicância Administrativa nº 02/2024 – 287.254, que apura a prática, em tese, das transgressões disciplinares descritas no ART. 144, III e ART. 150, XXXIII, AMBOS C/C ART. 149, TODOS DA LEI 5406/69, e no PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS APRESENTE DEFESA PRÉVIA, ROL DE TESTEMUNHAS E REQUERIMENTO DE DILIGÊNCIAS QUE JULGAR NECESSÁRIAS, em conformidade com os termos dos Arts. 179, 180 e 181 da Lei 5.406/69. Caso queira, poderá acompanhar todos os atos processuais, pessoalmente ou por procurador constituído. Os autos relativos à Sindicância Administrativa encontram-se no Cartório do Núcleo Correcional do 12º DEPPC-Ipatinga (Rua Maraquê, 95, 2º andar, Iguacu, Ipatinga/MG), onde poderão ser examinados. Ipatinga, 17 de abril de 2024. Eu, Vanessa Rocha Viana, Escrivã de Polícia, o digitei.

Augusto Luis Frade Drumond
Delegado de Polícia Adido à CGPC
Masp. 1.330.474-6
Autoridade Policial

Elizabeth de Freitas Assis Rocha
Delegada-Geral de Polícia
Corregedora-Geral de Polícia Civil

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 128.472/2013.
ACUSADA: IZABEL DE LOURDES CARVALHO, Escrivã de Polícia, Masp. 293.572-4. TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR: Artigo 144, inciso III, c/c artigo 149, artigo 150, incisos IV, VI, VIII, XV, XXIII, XXX e XXIV; artigo 158, inciso II; artigo 159, incisos II, VII e IX e artigo 160, inciso I, todos da Lei Estadual nº 5.406/69; A Corregedora-Geral de Polícia Civil acolheu a proposição da Comissão Processante e reconheceu a extinção da punibilidade da acusada, pela prescrição, determinando o arquivamento dos autos.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 182.424/2019.
ACUSADO: LINEU LAMOUNIER JUNIOR, Investigador de Polícia, Masp. 294.318-1. TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR: Artigo 144, inciso III c/c artigo 149; artigo 150, incisos XVI e XXIII, artigo 158, inciso II; artigo 159, incisos V e IX e artigo 160, inciso I, todos da Lei Estadual nº 5.406/69; A Corregedora-Geral de Polícia Civil acolheu a proposição da Comissão Processante e reconheceu a extinção da punibilidade do acusado, pela prescrição, determinando o arquivamento dos autos.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 229.442/2021.
ACUSADO: JEFERSON CORRÊA, Investigador de Polícia, Masp 341.925-6. TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR: Artigo 144, inciso III c/c artigo 149 c/c artigo 150, incisos VI e XXIII c/c artigo 158, inciso II; artigo 159, incisos IX e XIV e artigo 160, inciso I, todos da Lei Estadual nº 5.406/69. A Corregedora-Geral de Polícia Civil, tendo em vista a conclusão do Processo Administrativo em epígrafe, acolheu a proposição da Comissão Processante e, por conseguinte, deixou de atribuir a responsabilidade funcional ao acusado, determinando o arquivamento dos autos.

Belo Horizonte, 25 de abril de 2024.
Elizabeth de Freitas Assis Rocha
Delegada-Geral de Polícia
Corregedora-Geral de Polícia Civil

Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Secretário: Leônidas José de Oliveira

Fundação Instituto de Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha-MG

Presidente: Marília Palhares Machado

Demonstrativo da Despesa Mensal com Pessoal e seus encargos em cumprimento ao § 3º do art. 73 da CE/89, EC n.º 61 de 23/12/2003 e art. 44 da Lei 14.684 de 30/07/2003.
Unidade Orçamentária: 2201
Referência: 1º Trimestre de 2024

CARGOS	Qtd.	Jan./2024	Qtd.	Fev./2024	Qtd.	Mar./2024	TOTAL
EFETIVO	53	488.696,29	51	434.876,37	51	448.033,09	1.371.605,75
REC. AMPLO	37	226.167,68	37	223.947,04	37	225.436,07	675.550,79
INATIVOS	61	323.560,19	61	323.560,19	61	323.543,26	970.663,64
PATRONAL	*	191.832,73	*	185.459,01	*	205.845,80	583.137,54
TOTAL GERAL	151	1.230.256,89	149	1.167.842,61	149	1.202.858,22	3.600.957,72

*Fonte: Valores extraídos do relatório da DCPPP/SEPLAG
MARIA CRISTINA CONCEIÇÃO NICOLAI
Gerente de Recursos Humanos.

EDWILSON MARTINS
Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças.

MARÍLIA PALHARES MACHADO
Presidente.

PORTARIA IEPHA-MG N.º 09/2024

A Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 22 da Lei 23.304, de 30 de maio de 2019, c/c art. 8, I, do Decreto Estadual nº 47.921, de 22 de abril de 2020, e conforme art. 22 do Decreto Estadual nº 37.924, de 16 de maio de 1996, RESOLVE:

Art. 1º - Para os fins desta Portaria, Ordenador de Despesa é o dirigente máximo do órgão ou entidade, investido do poder de realizar despesa, que compreende o ato de empenhar, liquidar, ordenar pagamento e movimentar recursos que lhe forem atribuídos, sendo permitida a delegação da competência, por meio de ato publicado no órgão oficial dos Poderes do Estado.

Parágrafo único - O exercício das competências delegadas no âmbito desta Portaria deverá observar o princípio da segregação de função, devendo os atos autorizativos, executórios, de controle e de contabilização ser praticados por agentes públicos diversos.

Art. 2º - Fica delegada competência aos agentes públicos do Iepha/MG, relacionados no Anexo I desta Portaria, para a prática dos atos de ordenação de despesas na qualidade de Ordenadores de Despesas Adicionais das respectivas áreas de competência, no decorrer do exercício financeiro de 2024.

Parágrafo único - A ordenação de despesas, no âmbito do Iepha/MG, será realizada nos termos deste artigo, ficando delegada aos agentes públicos discriminados, observadas as competências e atribuições de cada área de atuação, a competência para a prática dos atos necessários à ordenação, para as despesas até o limite dos créditos autorizados, no âmbito das respectivas áreas de competência.

Art. 3º - Fica delegada à Chefia de Gabinete do Iepha/MG, a competência para ordenar quaisquer despesas no âmbito do Iepha/MG, no caso de ausência dos demais ordenadores de despesas, observadas as delegações, as competências e atribuições de cada área de atuação.

Art. 4º - Compete ao Ordenador de Despesa:

I - Controlar, fiscalizar e gerir a execução das despesas;

II - Autorizar a realização de despesas somente com empenho prévio emitido e assinado;

III - Autorizar:

a) confirmação de recepção do material ou do serviço ou da obra ou de parte de sua execução – observado o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em seus arts. 73, 74 e 76, e no Decreto nº 45.242, de 11 de dezembro de 2009, em seus arts. 27 a 29;

b) aceitação pelos responsáveis e instrução de processo contendo a documentação hábil a reconhecer a legalidade e conformidade dos procedimentos executados com as cláusulas contratuais das despesas;

c) a emissão de nota de liquidação, assiná-la digitalmente, no prazo legal, e encaminhar, com no mínimo 5 (cinco) dias úteis antes do vencimento da obrigação;

d) o processo para inscrição tempestiva da Ordem de Pagamento no Sistema Integrado de Administração Financeira/SLAFI-MG, observada a disponibilidade financeira.

IV - Assinar digitalmente, em tempo hábil, a Ordem de Pagamento Bancária após o registro do pagamento da despesa pela Superintendência de Administração e Finanças, antes do processamento bancário, ressaltando que a ausência de assinatura digital nas ordens de pagamento acarretará a impossibilidade da sua transmissão bancária e ensejará a responsabilidade dos respectivos ordenadores de despesas nos casos de geração de encargos financeiros ou de prejuízo a terceiros, conforme Decreto nº 47.113, de 20 de dezembro de 2016;

SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA Nº 265.582/CGPC/2022
SINDICADO: E.J.V. – DELEGADO DE POLÍCIA, MASP. 1.330.111-4. A Corregedora-Geral de Polícia Civil, considerando a conclusão da Sindicância Administrativa mencionada, na qual ficou demonstrado que o servidor praticou transgressão disciplinar prevista no artigo 144, inciso III c/c artigo 148, inciso VI c/c artigo 149, da Lei Estadual nº 5.406/69; na forma do art. 116 da Lei Complementar nº 129/13, aplicou ao mesmo, através da Portaria nº 048/CGPC/2024, datada de 23/04/2024, a punição disciplinar de 5 (cinco) dias de SUSPENSÃO.

SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA Nº 277.519/CGPC/2022
SINDICADO: M.F.J. – MÉDICO LEGISTA, MASP. 1.366.485-9. A Corregedora-Geral de Polícia Civil, considerando a conclusão da Sindicância Administrativa mencionada, na qual ficou demonstrado que o servidor praticou transgressão disciplinar prevista no artigo 150, inciso XXIII da Lei Estadual nº 5.406/69; na forma do art. 116 da Lei Complementar nº 129/13, aplicou ao mesmo, através da Portaria nº 050/CGPC/2024, datada de 24/04/2024, a punição disciplinar de 10 (dez) dias de SUSPENSÃO, convertida em multa à base de 50% por dia de vencimento.

SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA Nº 280.481/CGPC/2023
SINDICADO: L.F.A. – DELEGADO DE POLÍCIA, MASP. 1.492.530-9. A Corregedora-Geral de Polícia Civil, considerando a conclusão da Sindicância Administrativa mencionada, na qual ficou demonstrado que o servidor praticou as transgressões disciplinares previstas no artigo 144, inciso III c/c artigo 147 c/c artigo 149, da Lei Estadual nº 5.406/69; na forma do art. 116 da Lei Complementar nº 129/13, aplicou ao mesmo, através da Portaria nº 049/CGPC/2024, datada de 23/04/2024, a punição disciplinar de 20 (vinte) dias de SUSPENSÃO, convertida em multa à base de 50% por dia de vencimento.

SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA Nº 279.777/CGPC/2023
SINDICADO: M.P.S. – ESCRIVÃO DE POLÍCIA, MASP. 1.399.031-2. A Corregedora-Geral de Polícia Civil, considerando a conclusão da Sindicância Administrativa mencionada, na qual ficou demonstrado que o servidor praticou as transgressões disciplinares capituladas no artigo 144, incisos I,II e III c/c artigo 149 c/c artigo 150, inciso XX, da Lei Estadual nº 5.406/69; na forma do art. 116 da Lei Complementar nº 129/13, aplicou ao mesmo, através da Portaria nº 047/CGPC/2024, datada de 22/04/2024, a punição disciplinar de REPREENSÃO.

Belo Horizonte, 25 de abril de 2024
Elizabeth de Freitas Assis Rocha
Delegada-Geral de Polícia
Corregedora-Geral de Polícia Civil

25 1933218 - 1

Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais

Comandante-Geral: Cel. Erlon Dias do Nascimento Botelho

Expediente

DRH - O COMANDANTE GERAL DO CBMMG, no uso de suas atribuições regulamentares previstas no Decreto 40.874/2000- Promove ao Posto de Maj QORBM, a partir de 20Mar24 e transfere, compulsoriamente, para o Quadro de Oficiais da Reserva Remunerada a partir de 21Mar24 a n°113.340-4, Cap Wilsa Maira do Nascimento Rosa, da DLF. Tem direito ao provento integral de seu posto, ao 6º quinquênio e Adicional Trintenário a partir de 20Jul21.

25 1933099 - 1

V - Providenciar, em caso de afastamento, junto à Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças, o bloqueio de seu registro como ordenador de despesas no SLAFI no período correspondente, indicando seu substituto legal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Fica revogada a portaria IEPHA/MG n° 43/2022, publicada em 25 de novembro de 2022.

Belo Horizonte, 25 de abril de 2024.
MARÍLIA PALHARES MACHADO
Presidente do IEPHA/MG

ANEXO I

(a que se refere o art. 2º)

Área de Competência	Ordenador	Masp.
Diretoria de Conservação e Restauração	Luciane Andrade Resende	1.492.426-0
Diretoria de Proteção e Memória	Adriano Maximiano da Silva	1.546.294-8
Diretoria de Promoção	Alessandra Deotti e Silva	1.016.605-6
Gabinete e Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças	Luiz Henrique Câmara Trindade	1.123.631-2

25 1933263 - 1

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Secretário: Fernando Passalio de Avelar

Expediente

RESOLUÇÃO SEDE Nº 17, DE 24 DE ABRIL DE 2024

Aprova os valores das tarifas de gás natural para os fornecimentos realizados pela Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG.

A Secretária Adjunta de Estado de Desenvolvimento Econômico, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, § 1º, art. 93, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.021, de 11 de janeiro de 1993, e na Lei 24.313, de 28 de abril de 2023;

Considerando o Contrato de Concessão do direito de exploração, no Estado de Minas Gerais, dos serviços de distribuição de gás canalizado a todo e qualquer consumidor dos segmentos industrial, automotivo, comercial, institucional e residencial, para toda e qualquer utilização ou finalidade, inclusive termoeletricidade, siderurgia, petroquímica, fertilizantes e outros, datado de 27 de julho de 1995; e

Considerando a evolução dos preços do gás natural adquirido pela Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam aprovadas as tarifas expressas nas Tabelas contidas no Anexo Único desta Resolução para as classes de consumo Industrial (IND-01), Cogeração e Climatização (COG-01/COG-01), Veicular (GNV) e Gás Natural Comprimido e Liquefeito (GNC-01/GNL-01) comercializados pela Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG.

§ 1º - As tarifas referem-se ao gás fornecido nas condições estabelecidas na Resolução SEDE nº 21, de 27 de abril de 2022.

§ 2º - As tarifas expressas nas Tabelas contida no Anexo Único desta Resolução são para pagamento à vista, e estão sujeitas à incidência de tributos, quando aplicáveis, na forma da legislação específica, além de encargos financeiros contratuais, observados, quanto a estes últimos, os parágrafos 5º, 6º e 7º do artigo 1º da Resolução SEDE nº 36, de 22 de dezembro de 2008.

Art. 2º - A partir da data de vigência desta Resolução, as tarifas expressas nas Tabelas contidas no Anexo Único desta Resolução servirão de referência para o cálculo das tarifas que vigorar subsequentemente em decorrência de variações, para mais ou para menos, do custo do gás adquirido pela GASMIG e, quando for o caso, da margem de distribuição.

Art. 3º - Em conformidade com o disposto na cláusula décima quarta, especialmente no item 14.4 do Contrato de Concessão, a qualquer tempo a Concessionária poderá solicitar ao Poder Concedente a revisão ou reajuste extraordinário dos valores das tarifas fixados nesta Resolução.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de maio de 2024.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2024.
KATHLEEN GARCIA NASCIMENTO
Secretária Adjunta de Estado de Desenvolvimento Econômico

ANEXO ÚNICO

Tarifas e cascatas referentes a 30 dias.

Devem ser proporcionalizadas para períodos diferentes.

IND-01		RS/m³
Demanda		0,4395
Sobredemanda		4,6181
Faixas de consumo em m³		
I	12.500	4,1588
12.501	50.000	2,8903
50.001	250.000	2,7881
250.001	750.000	2,8058
750.001	1.500.000	2,7808
1.500.001	3.000.000	2,7723
3.000.001	4.500.000	2,7086
4.500.001	7.000.000	2,6211
7.000.001	999.999.999	2,5706

Tarifas para 30 dias (*)		Tarifas
Cogeração Parcela Fixa		RS/m³
Faixas de consumo em m³		
I	5.000	174,2079
5.001	10.000	382,1115
10.001	150.000	797,9188
150.001	300.000	3.916,4735
300.001	1.000.000	10.153,5827
1.000.001	999.999.999	30.943,9469
Cogeração Parcela Variável		RS/m³
Faixas de consumo em m³		
I	5.000	3,1329
5.001	10.000	3,0877
10.001	150.000	3,0425
150.001	300.000	3,0198
300.001	1.000.000	2,9972
1.000.001	999.999.999	2,9747

Veicular (GNV) (RS/m³)	2,9365
GNC/GNL-01 (RS/m³)	2,5832

25 19332841 - 1

RESOLUÇÃO SEDE Nº 18, 25 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre o reconhecimento do Arranjo Produtivo Local de Cafeicultura do Cerrado Mineiro com governança sediada no Município de Patrocínio-MG.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, no uso de atribuição prevista no inciso III do §1º do art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais e considerando o disposto na Lei nº 16.296, de 1º de agosto de 2006, nos arts. 22 e 23 da Lei nº 24.313, de 28 de abril 2023, no art. 3º do Decreto nº 48.139, de 25 de fevereiro de 2021 e no Decreto nº 48.678, de 30 de agosto de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica reconhecido como Arranjo Produtivo Local – APL, pelo estado de Minas Gerais, o seguinte arranjo: APL de Cafeicultura do Cerrado Mineiro.

Art. 2º - O APL, conforme disposto no Decreto Estadual nº 48.139 de 2021 e a Resolução SEDE nº 24, 31 de julho de 2023, fica classificado quanto a seu grau de maturidade dessa forma: APL Cafeicultura do Cerrado Mineiro, classificado como APL nível 3;

Art. 3º - O APL, dentro de um período máximo de três anos, deverá passar por acompanhamento técnico para aferir sua evolução e eventual reclassificação de grau de maturidade, e, caso não reúna as características mínimas definidas no art. 4º da Resolução SEDE nº 24 de 2023, o polo produtivo poderá perder seu título de APL..

Art. 4º - O processo de reconhecimento e classificação do APL em Minas Gerais segue os critérios estabelecidos pela legislação supracitada, conforme documentos do processo SEI.

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

1220.01.0001587/2024-52

Belo Horizonte, 25 de abril de 2024

Kathleen Garcia Nascimento
Secretária Adjunta de Estado de Desenvolvimento Econômico

25 1933187 - 1

RESOLUÇÃO SEDE Nº 19, 25 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre a reclassificação do Arranjo Produtivo Local de Cafeicultura do Campo das Vertentes.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, no uso de atribuição prevista no inciso III do §1º do art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais e considerando o disposto nos art. 22 e 23 da Lei Estadual nº 24.313, de 28 de abril 2023, a Lei Estadual nº 16.296, de 1º de agosto de 2006, o Decreto Estadual nº 48.678, de 30 de agosto de 2023, o art. 10 do Decreto Estadual nº 48.139, de 25 de fevereiro de 2021, a Resolução SEDE nº 24, de 31 de julho de 2023 e a Resolução SEDE nº 66, de 12 de dezembro de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Reclassifica-se o Arranjo Produtivo Local – APL consubstanciado no APL de Cafeicultura do Campo das Vertentes, quanto ao seu grau de maturidade, para APL nível 2, em atenção ao que dispõe os §§ 2º e 3º do art.10 do Decreto Estadual nº 48.139, de 2021, e o art. 5º da Resolução SEDE nº 24, de 2023.

Art. 2º - O APL, dentro de um período máximo de três anos, deverá passar por acompanhamento técnico para aferir sua evolução e eventual reclassificação de grau de maturidade, e, caso não reúna as características mínimas definidas no art. 4º da Resolução SEDE nº 24 de 2023, o polo produtivo poderá perder seu título de APL..

Art. 4º - O processo de reclassificação e classificação do APL em Minas Gerais segue os critérios estabelecidos pela legislação e atos normativos incidentes sobre a matéria.

Art. 5º - Revoga-se o art. 2º, da Resolução SEDE nº 66, de 12 de dezembro de 2022.

Art. 6º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 25 de abril de 2024

Kathleen Garcia Nascimento
Secretária Adjunta de Estado de Desenvolvimento Econômico

25 1933355 - 1



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 320240426010719018.